

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

"Causa Própria" é uma série de ficção sobre justiça, terá oito episódios, inspirada nas crónicas "Levante-se o réu", de Rui Cardoso Martins.

A PSP anulou uma cedência de fardas essenciais para a rodagem dessa série televisiva depois de o produtor e o argumentista terem recusado alterações ao respetivo argumento propostas pela Direção Nacional da força de segurança pública.

A Produtores de Cinema Independente Associados repudiou o que define como uma "mal disfarçada tentativa de intromissão" da Direção Nacional da PSP na produção da série. "A Direção Nacional da PSP arrogar-se o direito de interferir em obras de criação e ficção, indo até ao ponto de sugerir diálogos e personagens 'alternativos' não tem outra qualificação possível que não a de censura", acusou a associação, que apelou à Direção Nacional da PSP para que colabore na produção para a RTP, uma vez que, sem a colaboração da PSP, a produção fica em causa.

Sendo compreensível que a PSP "tenha conhecimento dos guiões das produções que solicitam a sua colaboração, para evitar a utilização da sua imagem em obras que incitem à violência ou façam apologia do racismo ou sejam de teor pornográfico", não deixa de considerar "absolutamente incompreensível" uma interferência de conteúdo. "Como será a partir de agora possível abordar de forma realista problemas como a corrupção, o uso excessivo da força, a infiltração da extrema-direita ou a simples negligência, nas forças policiais?", pergunta a associação.

O Bloco de Esquerda considera a atuação da PSP um facto grave e entende que o Ministro da tutela deve rapidamente tomar as medidas necessárias para garantir o equipamento necessário à produção tal como previsto. Neste momento, sonegar o equipamento é pactuar com uma cultura censória inadmissível em qualquer democracia.

Como instituição pública, a Polícia de Segurança Pública não deveria ter qualquer autoridade

para colocar entraves com intenções censórias à produção que uma série da RTP. Desde 1974 que não temos polícia que pratica censura de texto artístico e é inconcebível que se abra um precedente destes no Portugal de 2021. Este equívoco deve ser resolvido com a máxima brevidade.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir-lhes as seguintes perguntas, através do Ministério da Administração Interna, as seguintes perguntas:*

1. Como justifica o Governo esta tentativa de censura a uma produção audiovisual por parte da PSP?
2. Que esforços irá o Governo tomar para garantir que o equipamento requisitado é de facto entregue à produtora responsável pela série?
3. Vai o Governo definir linhas de orientação para prevenir tentativas de censura por parte das várias entidades sob sua tutela?

Palácio de São Bento, 31 de maio de 2021

Deputado(a)s

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)